

**FAMÍLIAS CAMPONESAS E PROFESSORES (AS) LEIGOS (AS) NA
CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL**FÁBIO GARCEZ DE CARVALHO [□]

A presente comunicação tem como propósito analisar as relações entre as trajetórias dos (as) professores (as) leigos (as) e as suas inserções nas comunidades rurais nos anos 1940 e 1950, localizadas na região que abrange as fronteiras político-administrativas do atual município de Icapuí, estado do Ceará. ¹

O eixo teórico-metodológico a ser explorado é parte da produção historiográfica da micro-história italiana, sobretudo a que se relaciona com a micro-história social (LEVI:1992; GRENDI: 2009). Da obra de Levi, as análises sobre o protagonismo camponês e a narrativa que articula a trajetória individual inserida nas redes de relações sociais nos ofereceu alguns caminhos para considerar as dinâmicas sociais específicas ao meio rural. Já em Grendi encontramos uma defesa da microanálise como metodologia da história social, cujas temáticas gerais em torno da noção de contexto, da política, economia e cultura serviram para nortear a investigação sobre a formação do coletivo de professores em uma região rural periférica. Em síntese: a nossa proposta é de operar com esta tradição historiográfica, dialogando com os estudos de comunidade que marcaram a produção do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

Entendemos que investigar a trajetória dos (as) professores (as) leigos (as) em um pequeno município rural nordestino pode contribuir para revelar uma parte da história social da educação, cujos personagens desconhecidos, quando muito, fazem parte de estatísticas escolares. Uma trajetória não raro esquecida, mas que ainda persiste na sociedade brasileira, conforme é possível verificar no *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro* com base no Censo Escolar da Educação Básica 2007, ao destacar a presença de 119.323 professores leigos, equivalente a 6,3% do total de professores do país, distribuídos nas zonas urbanas e rurais.

[□] Professor Doutor de História do Colégio de Aplicação da UFRJ, tendo defendido a Tese *As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar: de professor leigo a funcionário municipal (1940-2000)*, em março de 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da UFRJ.

¹ Localizado no extremo leste do Estado do Ceará o Município de Icapuí conquista a sua emancipação em 1985, após a disputa política contra as oligarquias de Aracati.

No decorrer da investigação, verificamos que a problemática local tem sido foco de crescente interesse, ainda que timidamente, em pesquisas na área de História da Educação no Brasil, focando especialmente os processos de expansão da escolarização nos municípios brasileiros durante o século XX.² Fenômeno sociopolítico relevante haja vista que a escolarização no campo neste período ainda é pouco conhecida em nosso país, e “a sua história ainda não conquistou as temáticas das pesquisas desenvolvidas na academia” (LIMA, S., 2009:154). Isto quer dizer que os estudos referentes à educação no campo, incluindo aí, a expansão da escolarização e os seus agentes: professores (as) leigos (as) e alunos ainda são temáticas de ampla exploração e de relevância significativa, pois o mundo rural era predominante no Brasil dos anos 1950.

Ao optarmos pela utilização dos aportes teórico-metodológicos da micro-história, acreditamos que poderemos contribuir para o debate que articula o local, constituído pelas dinâmicas sociais que acompanham a expansão dos sistemas de escolas modernas em um país de enorme pluralidade cultural e de diferentes ritmos em seu processo de modernização, com as macropolíticas nacionais.

Estratégias familiares e o deslocamento no território.

Seguindo a sugestão de Grendi (2009:45) de inserir o indivíduo no grupo e explorar as relações interpessoais a partir da redução de escala, consideramos que para desnudar a trajetória dos professores leigos torna-se necessário inseri-la em uma rede de relações sociais específicas concretas, pois é no contexto plural que a sua identidade laboral é forjada. Com efeito, a construção de identidades sociais transparece nas reflexões de Levi (1992:151-152), em sua decodificação da pesquisa micro-histórica, ao situar a diferenciação social e os conflitos e solidariedades daí advindas como elementos centrais na definição das identidades individuais e de grupo.

² Este foi o caso da recente tese de doutorado *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no Distrito de Nova Iguaçu (1916-1950)*, de Amália Dias. A tese é um amplo estudo sobre a escolarização rural e urbana em uma unidade político-administrativa específica, sendo que a partir desta exploração a autora propõe debater as relações entre global e regional. Incluo também a tese de doutorado, defendida pelo próprio autor deste texto, intitulada *As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar: de professor leigo a funcionário municipal (1940-2000)* que, ao se propor a investigar a construção da docência em um município nordestino, contribui para conhecer a complexa dinâmica da expansão da escolarização no Brasil.

A concepção relacional de contexto enseja novas questões relativas ao local como campo epistemológico. O contexto emerge, então, como um local cortado por tensões e contradições; um local móvel e dinâmico. Ao propor um diálogo entre a História local e micro-história, Serna & Pons (2003:49) conferem elasticidade ao conceito de contexto de modo a ser considerado um espaço local, ou seja, um território concreto, onde os sujeitos individuais e coletivos constroem suas identidades e conferem significados as suas ações. No entanto, para viabilizar a investigação, o pesquisador deve lançar mão da variação de escalas, com vistas a alcançar certo grau de inteligibilidade.

O debate sobre o local como campo epistemológico tem surgido em alguns escritos, a exemplo de Faria Filho (2009:57-66) que identifica nos trabalhos em história da educação produzidos no Brasil a predominância de uma concepção de região como unidade de análise. Entretanto, advoga uma maior complexidade para o conceito de regional ao propor uma noção de posição de análise. Para tanto, alude ao uso do conceito de escala para conferir densidade teórica a sua proposta. E conclui que “não me parece sensato advogar que os usos das noções de regional como unidade de análise e como posição de análise sejam excludentes e não possam ser articulados” (FARIA FILHO, 2009:67).

Este interesse pelo estudo de municípios do interior do país não é algo novo na pesquisa educacional. Aliás, Xavier (1999) em seu estudo sobre o CBPE aponta para a diversidade de abordagens e questões presentes nas pesquisas vinculadas à instituição nos anos 1950 e 1960. Nela, a investigação de pequenas regiões compunha o acervo de pesquisas denominado à época de estudos de comunidade. Estes se tornaram um eixo de orientação das investigações sociais no Brasil e serviram como âncoras para as pesquisas educacionais que se pretendiam desenvolver. Neste cenário, os estudos de comunidades compunham um movimento intelectual que elegeu as aglomerações humanas localizadas em pequenas cidades do interior e áreas rurais como objetos significativos para a investigação social. O projeto em tela não pretende resgatar e operacionalizar os aportes teóricos que nortearam essa produção, mas não se furta ao diálogo com os pesquisadores que vivenciaram direta ou indiretamente essa

experiência.³

Por exemplo, no texto *A pequena comunidade*, Florestan Fernandes (1972) confere aos pequenos aglomerados humanos uma posição de relevância na história social brasileira, considerando que foi no processo de formação da sociedade colonial que se esboçaram as tendências de constituição e de reprodução dessas comunidades. Para o autor, a transplantação de padrões civilizacionais europeus em um espaço vasto e distante dos referenciais culturais dos colonizadores imprimiu uma dinâmica social que possibilitou o surgimento de pequenas comunidades. Considera, ainda, que se esses aglomerados humanos localizados nas vilas e cidades surgiam e desapareciam ao sabor do tempo, tendo sido pontos de referências para os deslocamentos humanos que variaram de intensidade de acordo com a dinâmica sócio-histórica, eles originaram padrões de sociabilidade organizados em torno da mera subsistência.

“Em toda a parte, ela exprime a linha residual de empobrecimento de heranças culturais nativas e transplantadas, que se fundiam“. (...) “Em toda parte, a pequena comunidade, assim constituída, afirmava-se como um bastião de autonomia da pobreza e de autoproteção dos pobres (inclusive quando eles tinham origem escrava e formavam comunidades de ‘negros fugidos’)” (FERNANDES, 1972, p. 47)

A comunidade é, portanto, vista como um reduto de notável sobrevivência das populações empobrecidas frente aos obstáculos sociais e materiais que marcaram a sua existência. À época deste escrito, a sobrevivência das pequenas comunidades em sua expressão urbana e rural colocava-se em risco à medida que sofriam o impacto da conjugação de diferentes processos: a integração nacional, a revolução urbana e a industrialização. Na acepção de Fernandes (1972:48), “[...] ela se esboroa, desintegrando-se e desaparecendo no seio de outras formações análogas ou nas cidades em expansão”. Impactado por esta desintegração, o autor aponta para a necessidade dos

³ Um importante registro do alcance e do valor dos estudos de comunidade para a ciência social brasileira encontra-se no livro *Comunidade e Sociedade no Brasil*, de Florestan Fernandes, composto por uma coletânea de textos de diferentes intelectuais que elegeram a investigação de pequenas comunidades como porta de entrada para desvendar a complexidade das mudanças da sociedade brasileira. A distribuição de textos é realizada de modo a conferir a obra um caráter de apoio didático aos estudos sociológicos nos cursos universitários. Ao longo da coletânea, Florestan Fernandes elabora textos temáticos introdutórios a cada capítulo através dos quais desenvolve algumas reflexões sobre a dinâmica social brasileira.

estudos de comunidade como meio necessário para o avanço da investigação social e para o próprio conhecimento da sociedade nacional. Mas não devemos perder de vista que a sua proposta analítica vinculava-se ao contexto intelectual brasileiro em que a questão nacional fornecia o sentido para a dinâmica das pequenas comunidades e era o lócus onde se concentrava os fatores de sua inexorável dissolução frente ao avanço da industrialização, urbanização e centralização do Estado. Diante desta tríade avassaladora, as pequenas comunidades teriam, portanto, vivenciado a perda de sua vitalidade e mesmo a sua desintegração no passado recente.

Em nosso entendimento, esta é uma análise que oferece um ângulo de visão que privilegia a desintegração das comunidades em face dos macro-processos que impulsionam o desenvolvimento. Enfatiza-se assim o desaparecimento de traços de culturas tradicionais face ao avanço da modernização. Entretanto, a nosso ver, não basta considerarmos as pequenas comunidades como formas de resistências, mas sim devemos nos esforçar em compreender as razões de sua sobrevivência. Em outras palavras, devemos explorar as dinâmicas sociais que lhes permitiram a superar todo tipo de adversidade e lhes possibilitaram recriar práticas e tecer estratégias. É neste contexto que nos propusemos investigar a construção do grupo social docente. Para tanto, sugerimos o uso de recursos metodológicos que explore o potencial que essas pequenas comunidades apresentam, nos possibilitando assim operar sob a perspectiva de local como um ente ativo. Entendemos que a opção por uma redução das lentes de observação nos permite explorar as tensões e conflitos que perpassaram as relações entre a conservação e a mudança. Este é o caso do município de Icapuí que apresentou um conjunto de mudanças que se traduziu na difusão da cultura escolar e na funcionarização⁴ dos (as) professores (as) leigos (as).

Ter como foco a formação de um grupo de ofício nos ensejou a lançar as lentes de observação nos relatos orais dos (as) professores (as) leigos (as). Os deslocamentos descritos por esses professores oferecem rastros que, ao serem explorados, tornam

⁴ Aqui nos referimos ao conceito de funcionarização, proposto por Nóvoa (1991). Segundo o autor, a formação da categoria profissional docente na Europa ocidental vincula-se ao processo de crescente funcionarização do professor. Em outras palavras, o professor submete-se à tutela do Estado, pois é uma garantia para o exercício de sua liberdade de criação em face dos constrangimentos dos poderes locais e da Igreja Católica que tradicionalmente exerceram forte ascendência cultural e educacional junto aos professores e as comunidades locais.

possível acompanhar a trajetória de institucionalização da profissão docente na região em estudo.

Poderíamos dizer também que um traço comum à experiência social dos (as) professores (as) leigos (as) é a mobilidade territorial, sendo esta um movimento recorrente na região, conforme foi possível constatar nos depoimentos de personagens que nasceram nas comunidades locais e partiram em busca de perspectivas de sobrevivência nos anos 1940 e 1950.

Esta mobilidade expressa um fenômeno que aproxima as trajetórias geracionais: a busca por oportunidades. Neste sentido, a extensa parentela cumpria um papel estratégico, sobretudo se esta se encontrava distribuída em outras praças: cidades médias ou capitais, pois as redes familiares garantiam aos jovens a possibilidade de estadia e oportunidade de continuidade dos estudos. E para a família, por seu turno, havia a abertura de alternativas de sobrevivência para os seus membros, incluindo os seus filhos.

Verificam-se nos depoimentos algumas tendências que marcaram a dinâmica social das comunidades e que exerceram forte influência na trajetória desses indivíduos em diferentes fases de suas vidas, evidenciando a presença de crianças e jovens que se deslocam, junto com suas famílias, ou mesmo desgarrando-se momentaneamente de seu núcleo familiar. Mossoró (RN) e Fortaleza (CE) surgem como os destinos possíveis. As razões alegadas para tal deslocamento oscilavam entre a falta de oportunidades educacionais e / ou genéricas alusões às necessidades familiares.

Por sinal, os desafios eram imensos: as dificuldades de deslocamento face à inexistência de estradas transitáveis, conforme se evidenciam nos registros escritos e orais; as condições sanitárias insalubres, exemplificada pela inexistência de banheiros nos próprios lares; o regime alimentar restrito a alguns produtos da terra, somente modificado quando da introdução das hortas comunitárias nos anos 1970; a falta de energia elétrica e a inexistência de atendimento médico básico limitavam sobremaneira o horizonte de vida das comunidades. Visto que as condições socioeconômicas da região eram precárias depreende-se que a luta pela superação das restrições materiais apresentava um peso significativo na elaboração das estratégias de sobrevivência locais. Considerado aqui como recurso estratégico, o deslocamento compunha o cálculo de

perdas e ganhos que as famílias projetavam para o seu futuro, sobretudo no que concerne a garantir oportunidades aos seus filhos. Isso nos leva a considerar a ação familiar como importante variável na manutenção da dinâmica comunitária local.

O fluxo migratório implica também em considerar que as comunidades conviveram com uma margem de tensão entre a preservação de suas bases familiares e a sangria de crianças e jovens para territórios próximos ou longínquos. É neste contexto de instabilidade que a educação doméstica viceja na região.

Tais deslocamentos nos ensejam a suposição de que a circulação dos indivíduos atuou como fonte geradora de capital cultural a ser integrado à sua socialização no contexto de trabalho. Aqui, devemos esclarecer que distinguimos dois tipos de deslocamentos: 1) aqueles que incluem os grandes trajetos em direção às regiões culturais distintas de suas regiões de origem no interior do próprio país; 2) aqueles que se referem aos pequenos deslocamentos para regiões relativamente próximas que compõem um conjunto cultural semelhante. É o segundo caso que nos chama a atenção: os pequenos circuitos que compõem a rede de circulação na região. É o que denominaremos de micro-deslocamentos internos, os quais geralmente são imperceptíveis e não registrados oficialmente, mas que cumprem um impacto significativo na trajetória individual das crianças e jovens, bem como em suas comunidades.

O movimento desse pequeno contingente populacional a que intitulamos de micro-deslocamento não é um fenômeno exclusivo das comunidades pesquisadas. Ao consultarmos a tese de doutorado de Raimunda A. M. de Assis sobre o município de Itabuna⁵, Bahia, verificamos também a presença de deslocamentos de jovens para regiões próximas à esta municipalidade. Ao utilizar fontes jornalísticas, a autora relaciona estes deslocamentos à necessidade das famílias em garantir a continuidade aos estudos de seus filhos, uma vez que o município não oferecia ensino na faixa dos 15 aos 21 anos. Com os dados coletados, a pesquisadora infere que esses deslocamentos derivavam das próprias carências do sistema de ensino municipal. Contudo, não foi possível perceber claramente o lugar que a emigração ocupava na dinâmica das famílias

⁵ No caso em questão nos referimos a tese intitulada *As políticas Públicas de Educação no Município de Itabuna (Bahia): 1930-1945*, especialmente o subitem 3.7, que trata da carência de professores diplomados no município.

rurais. Isto decorre do fato de que a educação no município é tratada como um contexto homogêneo, sem distinguir efeitos e reações diferenciadas entre ambiente urbano e rural, em que pese haver a referência a reação das famílias rurais do distrito de Ferrado, durante o fechamento por parte do delegado escolar das escolas regidas por professores (as) leigos (as). Se para o representante do Estado, estes (as) professores (as) não estavam habilitados (as) para o exercício profissional, para as famílias rurais, por outro lado, aqueles eram os (as) únicos (as) professores (as) a quem podiam recorrer. Assim, ao contrário de termos um fato alusivo à saída de jovens e famílias de sua região de origem em busca de oportunidades educacionais, a autora aponta para os indícios de mobilização da população para manter em funcionamento a escola. Tal atitude nos leva a considerar o valor do trabalho dos (as) professores (as) leigos (as) para a população daquele distrito.

Ora, tal fato aponta para uma enorme potencialidade de exploração dos contextos comunitários rurais como locus de circulação de práticas e agentes que tornaram possíveis a realização de uma precária escolarização. Mas a singularidade do fato mencionado se perde na medida em que os problemas da educação na cidade-sede de Itabuna tornam-se assim uma representação do ensino municipal em sua totalidade. Ao fim e ao cabo, o município de Itabuna emerge como cenário homogêneo em sua dinâmica social em que a precariedade do ensino é o fator determinante para a migração dos jovens de todo o município.⁶

Isto posto, entendemos ser necessário salientar a temática da migração, pois, de modo geral, quando se menciona os deslocamentos de indivíduos e coletividades do nordeste, as referências são os grandes fluxos populacionais em direção aos Estados do sudeste e sul pós-1945.

⁶ Devemos considerar que a tese traz à superfície, para efeitos de nosso estudo, duas temáticas fundamentais para pensarmos o processo de expansão da escolarização em pequenas comunidades nordestinas: 1) o tema da relação entre precarização da educação e migração de jovens, embora a autora não explore o potencial de tal fenômeno, uma vez que o objetivo da “investigação é analisar e mapear as principais ações educacionais desenvolvidas no município durante a ‘Era Vargas’” (ASSIS, 2008:10), tendo como eixo os seus reflexos para a organização educacional e social do município. Em outras palavras, subordina as dinâmicas sociais locais ao Estado todo-poderoso; 2) Como resultado do deslocamento do foco de análise em direção ao local, devemos considerar as migrações não apenas em seus efeitos negativos para a desestruturação das comunidades, mas explorar o que há de contraditório em sua dinâmica, percebendo que se esses movimentos fizeram parte da história de sobrevivência das famílias trabalhadoras do campo, eles foram também agentes que fizeram circular a cultura escolar.

Convém mencionar então que os testemunhos apontam para trajetórias de personagens que compõem um circuito mais restrito de deslocamentos no território. Em perspectiva macro-analítica este fenômeno social não suscita atenção, pois não integra os grandes deslocamentos populacionais em direção às áreas de industrialização do sul-sudeste ou para as áreas de expansão do Centro-Oeste após a construção de Brasília. Contudo, ao fazermos uso de lentes de observação em escala mais reduzida talvez seja possível captar os micro-deslocamentos - quase imperceptíveis em suas implicações mais amplas - para a compreensão dos mecanismos da dinâmica social local, incluindo aí o processo de constituição do coletivo de professores.

Consideramos ser este um caminho alternativo para irmos além das interpretações que subordinam a dinâmica societária local aos referenciais macroestruturais do impacto da industrialização, da urbanização e da centralização do poder de Estado. De fato, estes fatores eram vistos como desagregadores da sociedade rural, tendo efeitos deletérios para a alfabetização na medida em que retirava o aluno de sala de aula, interrompendo a sua vida escolar.

A mobilidade como problema a afetar a educação no meio rural já havia sido identificado em interessante pesquisa que originou o livro *Menores no meio rural*, de Clóvis Caldeira, escrito nos anos 1960. Neste, a mobilidade é apresentada como mais um fator inibidor da frequência do aluno à escola; fenômeno que se tornou visível, segundo Caldeira (1961:115) nos dados que indicavam a “[...] mudança de colonos de uma fazenda para outra, com a interrupção do ano escolar [...]”. No entanto, sem explorar amplamente a temática, Caldeira (1961:139) restringe-se a concluir que a mobilidade “[...] não decorre de uma vocação andeja, mas de causas ligadas às suas condições de existência e de atividade” Sem desconsiderar os seus efeitos deletérios para a escolarização, o que gostaríamos de apontar é a necessidade de explorar as contradições que, a nosso ver, permearam esses deslocamentos no território, sobretudo no caso dos micro-deslocamentos aqui referidos. A capilaridade dessa rede tornou-se um canal de expansão contínua de hábitos, ideias relacionadas ao mundo da escola; difundiu sentimentos e percepções variadas de que a educação formal e a alfabetização poderiam cumprir um papel positivo para as famílias camponesas e pescadoras em sua luta pela sobrevivência. Não há dúvida que esta não era ideia comum a elas, mas foi a

circulação de indivíduos, oriundos da própria comunidade, que mesmo dispendo de uma frágil escolarização acabaram por mostrar as vantagens, até então desconhecidas, que a escolarização poderia trazer para o núcleo familiar. Ousaríamos dizer que para algumas famílias, a seleção de um dos seus (as) filhos (as) para morarem com parentes em cidades próximas tornava-se uma estratégia familiar destinada a ampliar o leque de possibilidades para a sua sobrevivência.

Residiriam aí os escassos espaços de liberdade que os (as) jovens exploravam em sua atuação como professores (as) leigos (as). No mundo de incertezas, coube a eles dar sentido ao seu trabalho de ensinar e extrair do cenário de precariedade material e de abandono a matéria-prima que deu forma a um tipo de ensino que se fundamentava no domínio dos rudimentos da leitura, escrita e no saber contar.

Com isso, acreditamos que a investigação de pequenos aglomerados humanos pode oferecer perspectivas valiosas para a compreensão de dinâmicas sociais em um país de grande complexidade. É o que ficou sugerido ao acompanharmos a trajetória dos (as) professores (as), em que a circulação dos agentes deixa vestígios nas redes de sociabilidades locais. Sendo assim, poderíamos dizer que as famílias incorporavam como estratégia de subsistência uma cultura de deslocamentos, compartilhadas entre as crianças e jovens. Deve-se chamar atenção para o fato de que optar por Mossoró (RN) poderia facilitar também o retorno desses jovens ao seu território de origem.

Com efeito, é o retorno das crianças e jovens que ganha significado para a nossa investigação, pois alguns deles tornar-se-ão os (as) professores (as) na região. As experiências que nascem do contato desses indivíduos com diferentes agrupamentos humanos dispersos no território compõem o contexto em que vicejam as suas trajetórias. O próprio ato de optar por lecionar encontra-se relacionado ao fato de que o deslocamento intra-comunitário ofereceu ao indivíduo as primeiras oportunidades de socialização profissional. O testemunho não deixa margem de dúvida quanto a isso:

“A família não reagiu bem. No início, quando eu tinha 18 anos, eu e meu pai trabalhávamos na roça. Tem um lugar Cajazeiras, a gente ia trabalhar e passava a semana lá. Eu ia a modo de cuidar... mais de fazer a comida. Então lá um senhor...ele me convidou. Rapaz você é uma pessoa que sabe ler bem. Venha dar aula aqui particular. Eu não tinha muita vontade de ir pra casa dos outros. Ia deixar a casa dos meus pais para ir pra lá então ele chegou a me

convidar. E comecei a ensinar particular, passei três anos lá. Depois de lá eu fui pra Fortaleza, trabalhar na J.J. Macedo. E na minha volta, eu passei a ensinar particular. “ (*Epitácio, entrevistado em: 27 de julho de 2009*)

É interessante observar que a experiência inesperada vivenciada pelo indivíduo lhe exigiu assumir escolhas que envolviam contextos relacionados à família e a precariedade da educação formal na região. Diante deste campo de incertezas que era o ofício de ensinar, o indivíduo desloca o seu foco de interesse em busca de outras afinidades profissionais conforme podemos atestar no próprio relato. A migração para Fortaleza e o trabalho em uma empresa era a experiência possível, de curta duração, mas o suficiente para servir como ponto de referência para a decisão de retornar e exercer o ofício de ensinar no ambiente comunitário. Queremos dizer, com isso, que os primeiros passos em direção a essa opção ocorreram em um contexto de incertezas, que exigiu do indivíduo ponderação quanto as suas escolhas e hierarquização de prioridades.

Dos testemunhos coletados, depreendemos que os deslocamentos no território conferem a esses indivíduos um traço de cultura comum em seu processo de socialização, seja na fase de socialização primária⁷ ou de exercício do ofício propriamente dito. Pois os deslocamentos lhes permitem dar prosseguimento ao tênue processo de aquisição de uma cultura escolarizada. Portanto, a expansão do processo de escolarização segue o rastro dos indivíduos que retornam ao ambiente familiar e comunitário rural de origem. Este é um ambiente de equilíbrio precário em que as comunidades camponesas e de pescadores procuram conferir algum nível de racionalidade as suas decisões e controle sobre o meio externo.

Considerações finais

⁷ Para o conceito de socialização primária, sugerimos o diálogo com a obra *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, de Claude Dubar. Nela, o autor propõe utilizar o conceito de socialização primária, extraído dos estudos interacionistas de Berger & Luckman, e retrabalhado por ele. De acordo com Dubar (2005: 121), a socialização primária inclui os saberes da família e da escola, sendo esta considerada elemento estratégico na definição das interações entre os agentes, pois ela “[...] assegura a legitimação de determinados saberes em detrimento de outros [...]”, além de considerá-los “chave essencial da compreensão dos mecanismos e resultados da socialização primária”. Contudo, no contexto de um município rural nordestino, onde predominava a escola doméstica, a família exerce um papel sobremaneira decisivo para a configuração do campo educativo e de seus agentes.

Devemos levar em consideração que sendo lenta e diversificada a expansão do sistema de escola formal e a profissionalização docente na região nordestina, o estudo em perspectiva histórica da educação em pequenas comunidades torna-se essencial. Pois se devem perscrutar as relações sociais locais de modo a captar os indivíduos e coletividades em movimento. Este é um desafio interessante uma vez que nos propomos ir além de uma visão de senso comum que considera o Nordeste uma sociedade estática, cuja trajetória contemporânea foi marcada por atraso social, êxodo rural e secas inclementes. Temas que integraram a agenda política e fomentaram a produção cultural em suas diferentes formas acerca do “problema nordestino” que acompanhou a trajetória do Estado-Nação brasileiro no século XX. A nosso ver, a operacionalização de escalas variáveis pode contribuir para lançar novas questões e problematizar modelos explicativos já consagrados à medida que a calibragem das lentes de observação torne visíveis os indivíduos e as coletividades que imprimiram uma dinâmica social ao denominado “Brasil profundo”.

Ao transplantarmos essa perspectiva para a investigação da historicidade do fenômeno educativo, acreditamos que a pesquisa em tela contribua para enveredarmos por questões que envolvam as relações entre a dinâmica social e a institucionalização das práticas educativas e dos seus agentes em regiões rurais periféricas, em especial investigar a trajetória de um grupo em seu contexto de ação, com os seus valores e crenças. Em outras palavras, entendemos ser possível tornar essa experiência vivida por homens e mulheres em uma região rural periférica uma oportunidade para a reflexão acerca da profissão docente em sua rica variedade.

Assim nos propomos problematizar o debate acerca da profissionalização docente, vista quase sempre como resultado da ação do Estado sobre indivíduos destituídos de vontades ou guiados por irracionalismos de toda ordem, mediante uma perspectiva que tenha como foco a construção da docência como construção social. Esta pode ser uma grade de interpretação possível em face das fragilidades da presença do Estado-educador nas regiões periféricas.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Raimunda Alves Moreira. **As políticas Públicas de Educação no Município de Itabuna (Bahia): 1930-1945**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói : RJ, 2008. 234p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base no Censo Escolar da Educação Básica 2007. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, 2009. Acesso em 21 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 21 de junho de 2010.

CALDEIRA, Clóvis. **Menores no meio rural** (trabalho e escolarização). Rio de Janeiro, Estado da Guanabara: CBPE, INEP, 1960. 190 p.

CARVALHO, Fábio Garcez. **As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar: de professor leigo a funcionário municipal (1940-2000)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: RJ, 2013. 306p.

DIAS, AMÁLIA. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2012. 340p.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 343p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação e História regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo. et al. (orgs). In: **História da Educação: desafios teóricos e empíricos**, pp. 57-66. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009. 155p.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972. 587p.

GRENDI, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs.). **Exercícios de micro-história**, pp. 39-49. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 299p.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**, pp. 133-161. São Paulo: Editora UNESP, 1992. 354p.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. História das escolas rurais em Uberlândia (1933 a 1959). In: Pérez, Teresa González & López, Oresta (coord.) **Educación rural en Iberoamérica: experiência histórica e construcción de sentido**. pp. 153 – 178. España, Madrid: Anroart Ediciones. 2009. 470p.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-econômico da gênese e desenvolvimento da profissionalização docente, pp. 109-139. **Teoria & Educação**, n.º4, 1991.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório**: educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais. Bragança Paulista: IFAN / CDAPH/ EDUSF, 1999. 281p.